

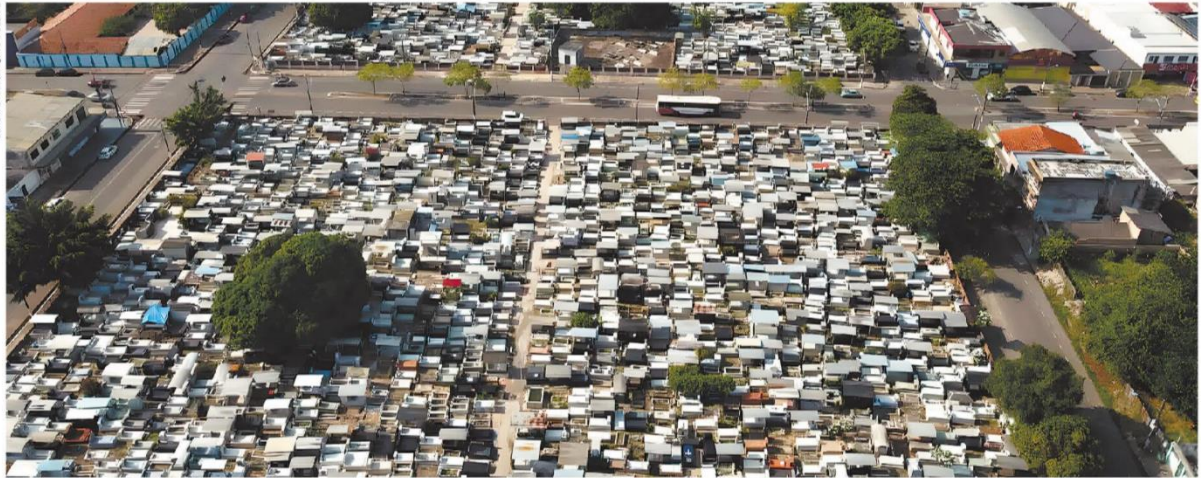


# CLIPPING



29 de  
JUNHO  
2022





Indícios de irregularidades em necrópoles públicas de Santarém motivaram nova interdição

ÂNDRIA ALMEIDA  
DE SANTARÉM

O juiz Claytoney Passos Ferreira, titular da 6ª Vara Cível e Empresarial de Santarém, suspendeu novamente os sepultamentos no cemitério público São João Batista, localizado no bairro Mararu, em Santarém. A suspensão atende o pedido de Raimundo Nonato Sousa Castro que, em ação popular, solicitou a medida alegando fortes indícios de irregularidades nos três cemitérios públicos Nossa Senhora dos Mártires, São João Batista e São Sebastião. Desses, houve decisão judicial favorável à suspensão de sepultamento do cemitério São Sebastião. O juiz estabeleceu multa diária de R\$ 50 mil para cada sepultamento após a intimação.

A medida se baseia em fortes indícios de irregularidades graves como a ausência de licenciamento ambiental, superlotação e falta

de controle na documentação dos sepultados, em especial certidão de óbito.

O cemitério São Sebastião teve os sepultamentos

## CEMITÉRIO SÃO JOÃO BATISTA

# Enterros voltam a ser suspensos em Santarém

**MULTA** - Juiz estabeleceu pagamento diário de R\$ 50 mil para cada sepultamento após a intimação



suspensos após a finalização do prazo de 180 dias, dado no ano passado, para que a prefeitura realizasse todos os atos necessários para o licenciamento ambiental dos três cemitérios públicos do município.

“A interdição se deu pela ausência de licenciamento ambiental e a possível contaminação do lençol freático em decorrência da decomposição dos corpos. A prefeitura apresentou o licenciamento dos cemitérios Nossa Senhora dos Mártires e São João Batista, mas não apresentou do cemitério São Se-

bastião, localizado no bairro Mararu, portanto, está efetivamente suspenso os sepultamentos neste cemitério”, enfatizou o juiz Claytoney.

De acordo com a liminar, o município fica obrigado a providenciar o enterro de pessoas mais pobres em cemitérios particulares enquanto vigorar a interdição. Mesmo quem tem jazigo, pela ação, não poderá fazer sepultamento no cemitério São Sebastião.

O juiz Claytoney informou que a licença ambiental dos cemitérios Nossa Senhora dos Mártires e São

João Batista será analisada pelo Ministério Público Estadual para saber se a situação está regular; caso não esteja, os sepultamentos voltam a ficar suspensos.

“Vai ser enviado para o Ministério Público se manifestar, já que é um fato novo no processo e o código de processo civil determina que a parte contrária se manifeste no prazo de 15 dias”, detalhou o juiz Claytoney.

### SOBRE O CASO

Os três cemitérios públicos Nossa Senhora dos

Mártires, São João Batista e São Sebastião tiveram os sepultamentos suspensos, em setembro do ano passado, atendendo pedido de Raimundo Nonato Sousa Castro que, em ação popular, solicitou a medida alegando fortes indícios de irregularidades nas necrópoles. Na ocasião, o município recorreu e conseguiu a liberação da interdição, no dia 16 de outubro de 2021, pelo prazo de 180 dias para que a prefeitura providenciasse o licenciamento ambiental.

A Prefeitura de Santarém informou no processo, no dia 15 de junho deste ano, que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente emitiu licença de operação para os cemitérios Nossa Senhora dos Mártires e São João Batista, no entanto, não apresentou a licença ambiental do cemitério São Sebastião.

Até o fechamento desta edição, a prefeitura municipal não enviou resposta se posicionando a respeito do assunto.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br


**VEJA  
MAIS**

 Use a câmera  
do seu celular  
para acessar  
o conteúdo  
multimídia.

**Deputado** Chicão  
fez um balanço do  
semestre e destacou  
a busca por parcerias  
para ampliar a  
atuação da Casa

**LEGISLATIVO**

# ALEPA APROVA 15 PROJETOS ANTES DO INÍCIO DO RECESSO

**PRESENÇA** - Sessão coroou semestre produtivo, no qual o quórum foi mantido em todas as sessões, disse o deputado Chicão

**NATÁLIA MELLO**  
DA REDAÇÃO

A última sessão do semestre da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) teve a aprovação de 15 projetos de lei, destes, oito do Executivo estadual. De acordo com o presidente da Casa de Leis, deputado Chicão (MDB), o balanço das atividades do Legislativo foi positivo, já que, segundo ele, a Assembleia aprovou todas as matérias de interesse da população do Estado e em todos os encontros semanais, os parlamentares mantiveram o quórum mínimo para a



**Não teve  
nenhuma sessão  
sem quórum  
nesse primeiro  
semestre"**

**Deputado Chicão**  
Presidente da Alepa

no arquipélago do Marajó. "Temos 17 municípios marajoaras com um índice de aprendizagem muito baixo, e o que o TCE detectou e nos fez um convite a participar, porque precisaríamos treinar os professores para melhor ensinarem. Estamos costurando a parceria, porque entendemos que o Marajó precisa da atenção dos poderes públicos de maneira geral", concluiu.

A deputada dra Heloisa (PSDB) também avaliou o semestre de atividades do Legislativo, e considerou que a Casa tem sido democrática quanto à inclusão das proposições na pauta.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

votar a pauta.

"Não teve nenhuma sessão sem quórum nesse primeiro semestre, então a Assembleia foi altamente produtiva dentro do que foi pautado. Em alguns momentos, no passado, presenciávamos a Alepa com falta de quórum e esse semestre, mesmo com uma sessão semanal por conta da pandemia, e presencial, nós tivemos quórum em todas as sessões e uma produtividade muito positiva", analisou o presidente.

Um dos pontos levantados na sessão de ontem foi a votação ao veto total da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para o Projeto de Lei nº 372/2007, do ex-deputado Adamor Aires, mantido pelos parlamentares. "Deputado de quarto mandato, sempre me cobrei muito o porquê de alguns projetos não virem para a pauta, tenho procurado ter um critério. Sali da Comis-

são, colocamos os projetos na pauta. Em decorrência disso, os deputados têm tido uma produtividade um pouco diferente de anos anteriores. O papel do Legislativo é se posicionar, aprovar ou não aprovar", pontuou Chicão.

Outro ponto destacado pelo chefe do Legislativo é a busca por parcerias para estender, ao longo do trabalho deste ano, a atuação da Casa para além do salão do plenário Newton Miranda. Com o Tribunal de Justiça do Estado (TJ/PA), está em andamento um convênio com a Ouvidoria Agrária, para que os parlamentares possam acompanhar o trabalho realizado no campo por meio de um membro da Alepa na instituição.

Também está sendo construída uma ponte com o Tribunal de Contas dos Municípios (TCM), para a execução de um projeto voltado para a educação

"O deputado hoje representa a máxima democracia dentro desta Casa. Sou deputada de primeiro mandato, mas acompanho a política paraense há muitas décadas, e eu não vi ainda tamanho desempenho com uma Casa Legislativa. A dedicação do deputado Chicão atende a todas as bancadas, respeita e valoriza os deputados, por isso a nossa produção legislativa cresceu tanto", declarou.

Um dos projetos aprovados foi do deputado Gustavo Sefer, sobre a política de desenvolvimento sustentável da aquicultura no Estado do Pará. O parlamentar disse, em suas redes sociais, que o projeto é "de grande importância para os pescadores que dependem da criação de tais peixes; a legalização da criação de peixes exóticos também é importante para a economia do Estado, já que o Estado arrecadará tributos".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



# Salários dos servidores terão equivalência

Outra matéria aprovada na última sessão da Assembleia Legislativa do Pará (Alepa) deste semestre foi o Projeto de Lei Complementar (PEC) nº 5/2022, de autoria do deputado Chicão (MDB), que altera o §2º do artigo 39 da Constituição do Estado do Pará, sobre a equivalência do limite remuneratório de ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do Estado, dos agentes políticos, dos membros do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, da Defensoria Pública e dos proventos, das pensões ou de outra espécie remuneratória, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, ao limite remuneratório aplicável aos desembargadores do Tribunal de Justiça, excetuando-se do disposto neste parágrafo os subsídios dos deputados estaduais. “Esse projeto discute a questão de teto de servidor público, e foi aprovado por unanimidade, porque os deputados entenderam que é uma PEC que equipara o salário dos servidores ao limite de salários do desembargo. Isso faz com que puxe todo servidor público para cima. Temos que acabar com a ideia de todo mundo tem que ganhar mal. Todo mun-

do tem que ganhar bem. Na hora que o salário de um cargo de carreira, como o desembargador, é aumentado, os demais têm que ser aumentados”, explicou o presidente da Alepa, lembrando que deputados estaduais têm legislação própria e, por isso, não são inseridos nesse contexto.

O Executivo aprovou oito projetos nesta última sessão, entre eles o Projeto de Lei Complementar nº 10/2022, que altera a Lei Complementar Estadual nº 053, de 7 de fevereiro de 2006, que dispõe sobre a Organização Básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará (PMPA); o Projeto de Lei nº 251/2022, que cria, na estrutura da Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania (SEAC), cargos de provimento em comissão e altera o Anexo Único da Lei Estadual nº 9.045, de 29 abril de 2020; e o Projeto de Lei nº 256/2022, que abre Crédito Especial com o objetivo de implementar ações institucionais e estruturais necessárias à melhoria das atividades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (R\$ 103,33 milhões) e do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (R\$ 26 milhões). (N.M.)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## DEFESA

# Comando Militar do Norte terá nova gestão em agosto

**REGIÃO** - O CMN é responsável pela defesa territorial em toda a Amazônia Oriental

DA REDAÇÃO

O Comando Militar do Norte (CMN) terá um novo gestor em agosto, como noticiou a coluna Repórter 70 de ontem (28), em O LIBERAL. O general de Divisão Combatente Ricardo Augusto Ferreira da Costa Neves será promovido a general de Exército no dia 31 de julho e vai assumir o comando, que atualmente é do general de Exército João Chalella Júnior. Há eventos alusivos ao aniversário da instituição — que completou nove anos no último domingo (26) — até a quinta-feira (30).

Com unidades no Pará, Maranhão, Tocantins e Amapá, o CMN é responsável pela defesa territorial da Amazônia Oriental. O efetivo total é de 9.561 militares, alocados em 30 organizações espalhadas nos quatro estados, com foco nas diferentes necessidades de cada região. A unidade paraense é a mais recente. O comando do general João Chalella Júnior foi bem avaliado e elogiado. A nova missão do atual comandante será assumir o Departamento Geral de Pessoal (DGP) do Exército Brasileiro.

Recentemente, um dos grandes trabalhos do CMN foi a operação Ágata Norte 2022. A força-tarefa,



PEDRO BRANCO/AGÊNCIA SEMMIO

General Ricardo Augusto Ferreira da Costa Neves vai comandar o CMN

que contou com diversos órgãos estaduais e federais, focou no combate a crimes transfronteiriços e ambientais. O CMN também empregou esforços em ações de socorro às vítimas de enchentes e desde 2020 atua na operação Covid-19, com suporte na aplicação de vacinas, descontaminação de ambientes e transportes de usinas e cilindros de oxigênio. Várias ações contam com os militares do CMN.

Ontem, às 8h, a programação de aniversário contou com uma corrida de revezamento 10 x 1000 metros, no 2º Batalhão de Infanta-

ria de Selva (2º BIS). A competição desportiva mobilizou oficiais e praças de cinco organizações militares das guarnições de Belém, visando incentivar a preparação física, componente indispensável do treinamento do combatente.

Amanhã (30), às 9h, ocorre a cerimônia de aniversário do CMN, com tradicional formatura militar, no 2º BIS. Na ocasião, a presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro, será homenageada com o Diploma de Colaborador Emérito do Exército.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## PLANOS DE SAÚDE

# Mães de crianças com deficiência temem altas

**ELISA VAZ**  
DA REDAÇÃO

Famílias de pessoas com necessidades especiais têm sofrido com os aumentos nas mensalidades de planos de saúde. Reportagem do UOL mostrou que as altas no país podem chegar a 79% com o reajuste anual - mães afirmaram que a média passou de R\$ 385,67 para R\$ 689,65 para seus filhos com idades entre 5 e 7 anos. No Pará, os reajustes não chegam a tanto, mas têm pesado no orçamento.

A assistente social Laura Lima, 40 anos, mãe de Enzo, que é autista, epilético e tem ansiedade e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), diz que o preço do plano de saúde que atende a criança, hoje com 8 anos, tem subido bastante. Neste ano o reajuste ainda não ocorreu, mas se ficar com um percentual próximo ao nacional, Laura adianta que será muito difícil pagar.

mada, em português, de Análise do Comportamento Aplicada, essencial para o desenvolvimento da criança. Mas hoje a mãe tem uma liminar na Justiça. Enzo ainda faz, pelo plano de saúde, o método Therasuit, desenvolvido para auxiliar no tratamento de doenças neurológicas.

## ANS

Consultora farmacêutica, Priscila Diniz Pinheiro, 36, é outra mãe que depende do plano de saúde para o tratamento dos filhos: Davi, de 11 anos, tem autismo, e Ana Luiza, de 7, é autista e tem paralisia cerebral, seqüela de uma negligência médica. Geralmente, os planos de saúde das crianças têm uma alta anual de 7% - na única vez que subiu mais que isso, Priscila denunciou à Agência Nacional de Saúde (ANS) e conseguiu manter o preço normal.

"Nesse ano ainda não passei por uma alta tão drástica,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



"Há mais ou menos um ano eu venho pagando sempre com dificuldade as mensalidades, porque vêm aumentando em média 13%. Eu sempre fico devendo três meses, ou seja, pagando atrasado o plano e nem sei como será caso aumente", afirma. Uma alternativa para economizar seria o atendimento público, mas Laura acha que a qualidade não é boa. "Infelizmente, na rede pública o atendimento ainda é precário, com fluxo muito grande e filas de espera no Estado. No município só tem (atendimento) pelo Caps (Centro de Atenção Psicossocial) e lá não tem terapeuta especialista. Faz muita falta".

Outra dificuldade é que muitas vezes é preciso gastar com consultas particulares. A descoberta dos agravos de saúde de Enzo começou quando ele tinha um 1 e 8 meses. Embora o filho fosse paciente de um plano de saúde desde que nasceu, na maioria das vezes Laura pagou especialistas particulares. Mesmo assim, o diagnóstico só veio quando Enzo tinha 6 anos, por meio de atendimento particular com uma neuropsicóloga. "Paguei e não fui reembolsada. Hoje o meu filho tem 8 anos", lembra. Ela gastou R\$ 1.900 com a avaliação neuropsicológica, R\$ 400 com cada consulta com a neuropediatra, R\$ 200 reais em cada sessão de psicologia comportamental e R\$ 200 reais cada sessão de fonoaudiologia.

O plano também não cobria a Applied Behavior Analysis (ABA), terapia cha-

mas já ouvi relatos de terceiros que tiveram acréscimo de 74%. Essas pessoas precisam denunciar à ANS, é a reguladora. Existem regras para percentuais e os planos devem seguir. Certamente, se houver um reajuste muito grande, vai pesar no orçamento, porque as contas sobem, mas o salário não. Por isso existe uma norma de acréscimo, porque nunca vamos deixar de pagar. Tem gente que deixa de se alimentar, mas não de pagar o plano. De alguma forma vamos continuar pagando", afirma.

Priscila tem dificuldade com cirurgias pelo plano de saúde. A filha precisou passar por um procedimento que não estava no rol da ANS, mas foi necessário para garantir qualidade de vida à pequena. "O plano negou, entramos na Justiça, foi dado o direito e o plano arcou. Agora ela precisa fazer uma cirurgia no quadril, que está com desgaste, e o plano negou novamente. Estamos entrando com demanda judicial porque o procedimento consta no rol da ANS e mesmo assim eles negaram".

A importância de ter um plano de saúde, diz a mãe, é garantir atendimentos aos filhos que são pacientes recorrentes e que precisam de tratamentos intensivos, com atendimento até diário, dependendo do caso e do momento. No Sistema Único de Saúde (SUS), Priscila diz que há uma sobrecarga em que, muitas vezes, as demandas não conseguem ser atendidas.



**Priscila** Pinheiro não pode abrir mão dos planos de saúde dos filhos Davi e Ana Luiza

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



# Alepa aprova teto de 40% para empréstimos consignados

## PROJETOS

### Carol Menezes

Com 18 projetos na pauta, sendo um terço deles de autoria do Poder Executivo, a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Alepa) encerrou os trabalhos para o primeiro semestre do ano com uma extensa sessão realizada nesta terça, 28 de junho. A partir desta data, os deputados estaduais entram em recesso parlamentar e só retornam às atividades em plenário no dia 2 de agosto.

As proposições enviadas pelo governo estadual e aprovadas foram sobre a alteração de leis estadu-

ais para a reorganização do Sistema Estadual de Segurança Pública e Defesa Social, com reorganização da Secretaria de Estado de Segurança Pública e Defesa Social (Segup) e o projeto que dispõe sobre a organização básica e fixa o efetivo da Polícia Militar do Pará (PM-PA) - este último inclusive prevendo a criação do Grupamento de Polícia Rural, com foco em promover maior segurança para quem desenvolve atividades no campo.

Um Projeto de Lei Complementar (PLC) e outro de Lei vão adequar a legislação estadual para possibilitar o aumento do limite para empréstimos consignados de

33% para 40% para os servidores públicos e militares ativos e os servidores públicos aposentados, militares inativos e seus respectivos pensionistas.

Outra aprovação autoriza o Poder Executivo a abrir crédito especial no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social de 2022 em favor do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJ-PA) e do Ministério Público de Contas do Estado do Pará (MPC-PA), respectivamente nos valores de R\$ 103 milhões e de 26 milhões, em conformidade ao que é permitido pela legislação.

Também de autoria governamental foi o projeto para reestruturar a organização

da Casa Militar da Governadoria do Estado do Pará e o que cria, na estrutura da Secretaria Estratégica de Estado de Articulação da Cidadania (Seac), novos cargos comissionados.

De autoria da deputada Heloisa Guimarães, (PSDB), um projeto de lei também aprovado dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de proteção nas embarcações para proteger os passageiros e tripulações do risco de acidentes - sendo o escarpelamento o mais comum deles. Já a deputada Nilse Pinheiro (Republicanos) teve aprovada a lei de criação da Semana Estadual da Mulher Empreendedora no Estado do Pará.

A Alepa votou a favor de um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) de autoria do presidente da casa, que altera o atual modelo de teto isonômico remuneratório no Estado. A exceção fica para os subsídios dos próprios deputados estaduais, que recebem o equivalente a 75% do que é recebido pelos deputados federais.

A proposta de alteração tem como objetivo adequar o limite remuneratório estadual às recentes decisões do Supremo Tribunal Federal (STF). A PEC faz essa correção, retirando a limitação de 90,25% e definindo que o teto da remuneração do desembargador do Tribu-

nal de Justiça será a remuneração do ministro do STF, deixando claro que não existe hierarquia entre a Justiça Estadual e a Federal.

Também define como teto da remuneração e do subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes do Estado, dos agentes políticos, dos membros do Ministério Público e dos Tribunais de Contas, da Defensoria Pública e dos proventos, das pensões ou de outra espécie remuneratória o limite remuneratório aplicável aos Desembargadores do Tribunal de Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Foto: Mustafa ezz/Pexels

## Justiça do Pará determina adoção de controle populacional de animais em Unidades de Socioeducação

POR ROMA NEWS | 28 DE JUN DE 2022, 19:54

A Justiça do Estado do Pará decidiu, em favor do Ministério Público do Pará, pela garantia de tutela de urgência e aplicação de multa diária em face da Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (FASEPA), devido aos riscos à saúde encontrado nas Unidades de Socioeducação.

O MPPA, através do promotor de Infância e Juventude de Belém, Antônio Lopes Maurício, havia ajuizado uma Ação Civil Pública (ACP) no início de abril, por conta do grande número de gatos nas Unidades e a ausência de qualquer medida para controle populacional dos animais.

O Ministério Público também expediu diversos ofícios solicitando providências aos Centros de Controle de Zoonoses dos municípios onde se localizam as Unidades socioeducativas, assim como à Coordenação Estadual de Zoonoses e as Secretarias Municipais e Estadual de Saúde, sem que os responsáveis apresentassem respostas práticas e concretas para a solução do problema.

Diante dos fatos apresentados, a Justiça do Estado deferiu a solicitação do MPPA, determinando que sejam adotadas providências urgentes para que a população de gatos nas unidades socioeducativas situadas na Região Metropolitana de Belém seja vacinada, esterilizada e encaminhada para a adoção, garantindo o bem estar dos animais, o direito à saúde dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

A decisão estabelece ainda um prazo de trinta dias, a partir da notificação, para o cumprimento de todas as medidas exigidas, atribuindo uma multa diária no valor de R\$10 mil em caso de descumprimento da decisão judicial.

**Fonte: MPPA**

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)





SERVIÇO

## TJPA disponibiliza nova versão do PJe 2022

Prazos processuais ficarão suspensos entre 30 de junho e 8 de julho de 2022

terça-feira, 28/06/2022, 16:40 - Atualizado em 28/06/2022, 16:39 - Autor: Com informações Assessoria TJPA



nova versão do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) | (Divulgação)

Desenvolvido pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça) em conjunto com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e tribunais, o sistema de Processo Judicial eletrônico é uma ferramenta que busca facilitar a consulta e acompanhamento dos processos judiciais em suas diversas frentes: Justiça Federal, Justiça dos Estados, Justiça Militar dos Estados e Justiça do Trabalho.

O Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) vai disponibilizar a partir do dia 4 de julho a nova versão do sistema do Processo Judicial Eletrônico (PJe) no Poder Judiciário do Estado do Pará. A atualização para a versão 2.2 do sistema PJe

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

contemplará a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro - PDPJ-Br., instituída pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº. 335/2020.

Em cumprimento à determinação do CNJ de instalação da versão 2.2 no Judiciário, a implantação vai ocorrer de 14h, do dia 30 de junho, às 6h, do dia 4 de julho. Durante o período, o sistema PJe ficará indisponível.

Apesar da regularidade a partir do dia 4 de julho, os prazos processuais ficarão suspensos durante a implantação e, ainda, durante a semana posterior. Portanto, a suspensão de prazos processuais ocorrerá de 30 de junho a 8 de julho.

A PDPJ tem como foco o incentivo ao desenvolvimento colaborativo entre os Tribunais com preservação dos sistemas públicos em produção, mas consolidando a política para gestão e expansão do PJe.

A atualização da nova versão traz a modernização do sistema PJe ao TJPA, com uma interface intuitiva e ferramentas de layout, campos e ícones que agregam à utilização e à navegação de usuários e usuárias.

A versão moderna permite um sistema multisserviço, possibilitando a adequação às necessidades locais, assim como aprimoramento da usabilidade ao sistema de Justiça.

PORTARIA Nº 2189/2022-GP. Belém, 27 de junho de 2022.

CONSIDERANDO que o Conselho Nacional de Justiça determinou que os Tribunais de Justiça implantem a versão 2.2 do Sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe, que contemplará a Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro - PDPJ-Br, instituída pela Resolução CNJ nº 335 de 2020;

CONSIDERANDO a importância da compatibilização do sistema de Processo Eletrônico Judicial - PJE, utilizado pelo Tribunal de Justiça do Estado Pará com a atual versão do sistema nacional do PJE, que agregará novas funcionalidades

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

e melhorias de performance oportunizando maior produtividade e celeridade na prestação jurisdicional;

CONSIDERANDO que, para efetivação da atualização em comento, será necessária a indisponibilidade do Sistema de Processo Judicial Eletrônico - PJE a partir das 14h do dia 30 de junho de 2022, com término previsto para 6h do dia 04/07/2022,

Art.1º Determinar a suspensão dos prazos processuais no período de 30 de junho a 8 de julho de 2022, em relação aos feitos que tramitam no Sistema de Processo Judicial Eletrônico, no Poder Judiciário do Estado do Pará, em virtude da atualização da versão do aludido sistema.

Art.2º Em razão da indisponibilidade programada mencionada no artigo anterior, aplica-se aos feitos cíveis e criminais o disposto nos artigos 17, §1º, I, e 39 da Portaria Conjunta nº 1/2018 - GP/VP.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



## Ministério Público do Pará cobra na Justiça que Estado ofereça atendimento especializado a alunos com deficiência

Mães denunciaram falta de profissionais qualificados para atender filhos em escolas de Paragominas e Ipixuna do Pará.

Por g1 Pará — Belém

29/06/2022 11h49 · Atualizado há 31 minutos



Alunos aparecem sentados em cadeiras de plástico em uma sala de aula. — Foto: Amazon Comunic

O Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) ajuizou duas Ações Civis Públicas contra o Estado pedindo que o direito à educação seja cumprido por meio da contratação de profissionais para realizarem o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas estaduais dos municípios de [Paragominas](#) e [Ipixuna do Pará](#), sudeste do Pará.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

As solicitações pedem que as ações sejam tramitadas de forma prioritárias e o Estado contrate profissionais de AEE em virtude da tutela de direitos de pessoas com deficiência, solicitando o prazo de 10 dias para fornecer ensino regular com profissional de atendimento educacional especializado.

A cobrança do MP vem após apuração da denúncia de quatro mães que relataram não ter intérpretes de libras e nem acompanhantes especializados para atender os filhos na escola Irmã Agnes Vincquier e que 21 alunos, ao total, necessitam de educação especial.

O **g1** procurou o Estado por meio da Secretaria de Educação e aguardava retorno até a última atualização desta reportagem.

"A direção da escola informou que foram feitas diversas solicitações para contratação desses profissionais, nenhuma delas foi atendida. Dos alunos, doze possuem indicação para acompanhamento com mediador pedagógico, dois para o profissional de intérprete de libras/ língua portuguesa e os demais necessitam de apoio escolar", informou o MP.

O MP pede que a escola seja obrigada a disponibilizar monitores de apoio especializado para os alunos com deficiência matriculados em escolas estaduais do Município de Ipixuna do Pará, no prazo de 15 dias, contados a partir da data em que tiver conhecimento do surgimento da demanda.

A Escola Estadual Presidente Castelo Branco, do município de Paragominas, é alvo da segunda ação movida pelo MP que também necessita de contratação de profissional qualificado para atender aos alunos portadores de necessidades especiais.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# Justiça do Pará determina que Cosanpa contrate jovens aprendizes

Ação foi movida pelo MPPA contra empresa denuncia não cumprimento de percentual mínimo de contratação desses profissionais. Cosanpa alegou não ter orçamento.

Por g1 Pará — Belém

29/06/2022 11h11 - Atualizado há 3 minutos



Tribunal de Justiça do Pará, em Belém — Foto: TJPA

A Justiça do Estado determinou que a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) apresente um termo de cooperação técnica para que seja ofertado 20%, do total de vagas, para jovens aprendizes, dentro de 30 dias.

A determinação é resultado de uma Ação Civil Pública do Ministério Público do Pará (MPPA), que alega que a empresa não cumpre percentual mínimo de contratação desses profissionais.

Também faz parte da determinação que seja apresentada a relação dos socioeducandos que já estejam trabalhando, com prazo de 60 dias.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



A Justiça estipulou multa diária no valor de R\$10 mil, com limite de trinta dias, em caso de descumprimento.

O Ministério Público afirma que durante reuniões, a Cosanpa teria alegado que, embora reconheça a importância do tema, não pode atender ao pedido por conta de restrições orçamentárias.

Em nota ao **g1** nesta quarta-feira (29), a Cosanpa informou que "está em andamento o processo de contratação, conforme prazo estipulado pela Justiça".

O termo deverá ser assinado com a Fundação de Atendimento Socioeducativo do Pará (Fasepa) e a Fundação Papa João XIII (Funpapa).

A medida leva em consideração a parte da legislação que se refere à CLT e aos direitos da Criança e Adolescente, em que as empresas são obrigadas a terem em seus quadros um percentual mínimo de 5% a 15% de jovens aprendizes, contribuindo para políticas públicas de socioeducação e capacitação profissional de jovens.

No documento do MP à Justiça, o órgão destaca a falta de políticas públicas voltadas para os adolescentes inseridos no sistema socioeducativo e alega que isso representa grave violação aos direitos fundamentais desses cidadãos.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

# 'Massacre do Presídio de Altamira': sobreviventes e parentes dos detentos mortos irão receber indenização

Rebelião terminou com 62 mortes - a segunda maior tragédia carcerária do Brasil depois de Carandiru, no Rio de Janeiro. Indenizações variam entre R\$15 mil e R\$ 30 mil.

Por G1 PA — Belém

28/06/2022 19h28 - Atualizado há 17 horas



Escavadeira de covas no cemitério São Sebastião em Altamira, destinado às vítimas do massacre do Centro de Recuperação Regional de Altamira. — Foto: Daniel Teixeira / Estádio Conteúdo

Sobreviventes e parentes dos detentos mortos no massacre do presídio de [Altamira](#), no sudoeste do Pará, ocorrido em 2019, vão receber indenizações do estado. Foram 62 mortos. O caso é maior tragédia carcerária do Brasil depois de Carandiru, no rio de Janeiro.

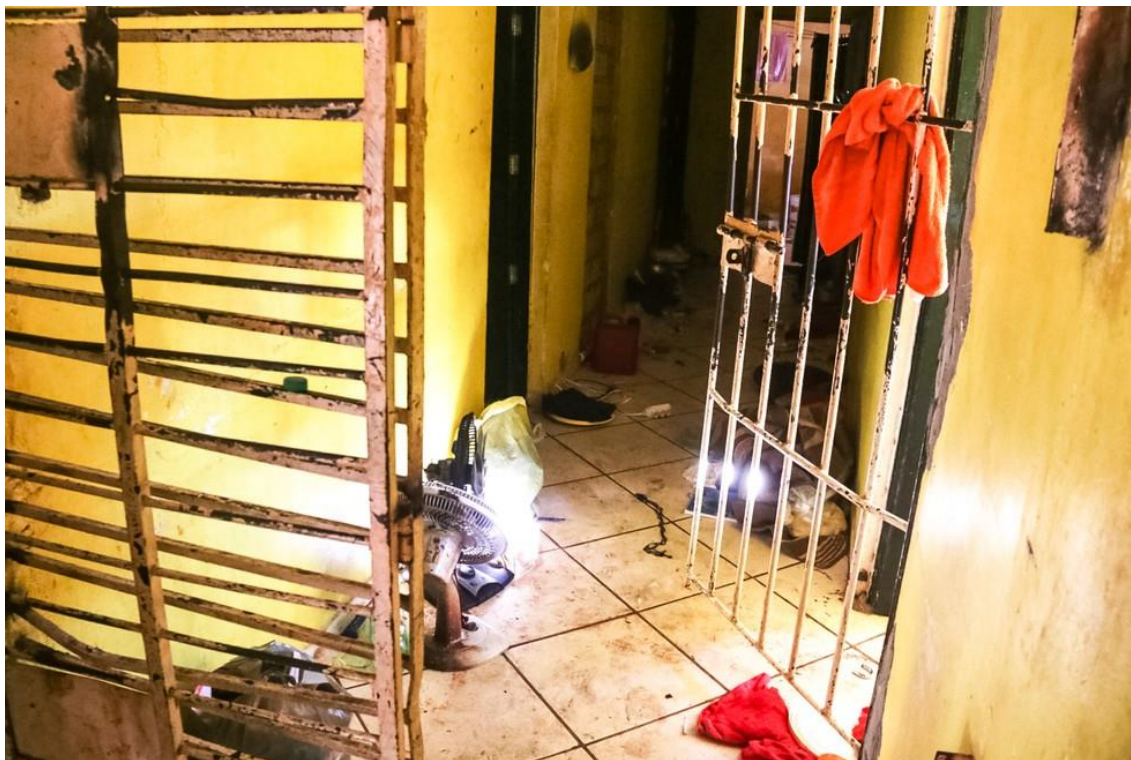
As indenizações foram definidas em um acordo judicial homologado com o Governo do Estado depois de uma ação civil pública movida pela Defensoria de [Altamira](#).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

De acordo com a defensora que representa parte das famílias dos detentos, cada sobrevivente vai receber R\$ 15 mil de indenização. Já os parentes, como mães, pais, esposas e filhos dos mortos vão ter direito a R\$ 30 mil cada. Ficaram de fora do acordo 22 presos que foram denunciados por envolvimento direto nas execuções que ocorreram na penitenciária.



Confronto entre facções criminosas resultou na morte de 62 detentos no massacre ocorrido no Centro de Recuperação Regional de Altamira (CRRR). — Foto: Bruno Cecim / Agencia Para

## O massacre

A rebelião ocorreu, em 29 de julho de 2019, no Centro de Recuperação Regional de [Altamira](#), sudoeste do Pará, e marcou a história do sistema penitenciário do estado, a partir de um [conflito entre dois grupos rivais](#). Uma ala inteira ficou destruída, onde ficava uma cela container.

No presídio, 58 detentos foram mortos, a maioria, por asfixia. Dezesesseis deles foram decapitados. Os líderes do motim foram transferidos para outras unidades prisionais do estado e até para presídios federais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Durante a transferência para Marabá, um dia após o massacre, [quatro detentos foram mortos dentro de um caminhão-cela](#). Ao todo foram 62 mortes.

Um dos mortos carbonizados foi o agricultor Derli Marques Teixeira Pontes. Ele era preso provisório e havia sido transferido da cidade de Uruará, apenas um mês antes do massacre. O detento aguardava julgamento pelo crime de tráfico de drogas. A irmã dele, Ronívia Teixeira Pontes, ainda espera respostas.

"Estamos aqui mais uma vez, dois anos após, para pedir que não deixe mais isso acontecer com nossos familiares, e que a justiça seja feita", disse.

A unidade penitenciária foi desativada, após o episódio. Os detentos que estavam custodiados foram transferidos para o Complexo Penitenciário de Vitória do Xingu há 1 ano e 8 meses. A estrutura do antigo presídio está passando por reforma.



Familiares aguardam liberação de corpos de mortos no 'Massacre em Altamira', no Pará — Foto: Maycon Nunes / Ag. Para

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

## Massacre em presídio de Altamira, PA

Briga entre organizações criminosas deixou mortos e agentes penitenciários reféns

### COMO FOI

Presos da facção **Comando Classe A** deixaram o **bloco A** rumo ao setor conhecido como **Anexo**, onde estavam presos do Comando Vermelho. Então, atacaram presos e atearam fogo no local

### NÚMERO DE MORTES

**58**, dos quais **41** asfixiados e **16** decapitados com armas artesanais e 1 de causa não informada



### RAIO-X DO PRESÍDIO

Capacidade: **163**

Número de presos: **343**

Condições da unidade: "**Péssimas**", segundo o CNJ



Infográfico elaborado em: 30/07/2019

Massacre no presídio de Altamira — Foto: Arte/G1

- [ALTAMIRA](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

## Mães de crianças autistas sentem no bolso os reajustes de planos de saúde

Em um dos casos, a responsável diz que demora três meses para pagar cada mensalidade



Elisa Vaz

29.06.22 8h00



Famílias de pacientes que precisam de algum tipo de acompanhamento específico têm sofrido com os aumentos nas mensalidades de planos de saúde. Uma reportagem do UOL mostrou que as altas no país podem chegar a 79% com o reajuste anual – mães afirmaram que a média passou de R\$ 385,67 para R\$ 689,65 para seus filhos, de idades entre cinco e sete anos. No Pará, os reajustes não chegam a tanto, mas, mesmo assim, têm pesado no orçamento pessoal ou familiar das responsáveis.

Uma delas é a assistente social Laura Lima, de 40 anos. Ela é mãe de Enzo, que é autista, epilético e tem ansiedade e Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Segundo ela, o preço do plano de saúde que atende a

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



criança, hoje com oito anos, tem subido bastante. Neste ano o reajuste ainda não ocorreu, mas se ficar com um percentual próximo ao nacional, Laura adianta que será muito difícil.

“Há mais ou menos um ano eu venho pagando sempre com dificuldades as mensalidades, porque vêm aumentando todo ano em média 13%. Eu sempre fico devendo três meses, ou seja, ando pagando atrasado o plano e nem sei como será caso aumente”, relata. Uma alternativa para economizar e organizar o orçamento seria o atendimento público, mas Laura acha que a qualidade não é boa. “Infelizmente, na rede pública o atendimento ainda é precário, com fluxo muito grande e filas de espera pelo Estado. No município só tem pelo Caps [Centro de Atenção Psicossocial] e lá não tem terapeuta especialista. Faz muita falta”.

Outra dificuldade é que, muitas vezes, as consultas precisam ser feitas de maneira particular. O processo da descoberta das necessidades especiais de Enzo começou quando o pequeno tinha apenas um ano e oito meses; a mãe passou a ir atrás de especialistas em busca do diagnóstico. Embora o filho fosse paciente de um plano de saúde desde que nasceu, na maioria das vezes, Laura pagou especialistas particulares. Mesmo assim, o diagnóstico só veio quando Enzo tinha seis anos, por meio de atendimento particular com uma neuropsicóloga. “Paguei e não fui reembolsada. Hoje o meu filho tem oito anos”, lembra. Os valores foram os seguintes: R\$ 1.900 a avaliação neuropsicológica; R\$ 400 cada consulta com a neuropediatra; R\$ 200 reais cada sessão de psicologia comportamental; e R\$ 200 reais cada sessão com fonoaudióloga.

O plano também não cobria a Applied Behavior Analysis (ABA), terapia chamada, em português, de Análise do Comportamento Aplicada, essencial para o desenvolvimento da criança. Mas hoje a mãe tem uma liminar na Justiça. Enzo ainda faz, pelo plano de saúde, o método Therasuit, desenvolvido para auxiliar no tratamento de doenças neurológicas.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

Consultora farmacêutica, Priscila Diniz Pinheiro, de 36 anos, é outra mãe que depende do plano de saúde para o tratamento dos filhos: Davi, de 11 anos, tem autismo, e Ana Luiza, de sete, é autista e tem paralisia cerebral, sequela de uma negligência médica. Geralmente, os planos de saúde das crianças têm uma alta anual de 7% - na única vez que subiu mais que isso, Priscila denunciou à Agência Nacional de Saúde (ANS) e conseguiu manter o preço normal.

“Nesse ano ainda não passei por uma alta tão drástica, mas já ouvi relatos de terceiros que tiveram acréscimo de 74%. Essas pessoas precisam denunciar à ANS, é a reguladora. Existem regras para percentuais e os planos devem seguir. Certamente, se houver um reajuste muito grande, vai pesar no orçamento, porque as contas sobem, mas o salário não. Por isso existe uma norma de acréscimo, porque nunca vamos deixar de pagar. Tem gente que deixa de se alimentar, mas não de pagar o plano. De alguma forma vamos continuar pagando”, comenta.

Uma dificuldade que Priscila tem com o plano de saúde é quanto a cirurgias. A filha, de sete anos, precisou passar por um procedimento que não estava no rol da ANS, mas foi necessário para garantir qualidade de vida à pequena. “O plano negou, entramos na Justiça, foi dado o direito e o plano arcou. Agora ela precisa fazer uma cirurgia no quadril, que está com desgaste, e o plano negou novamente. Estamos entrando com demanda judicial porque o procedimento consta no rol da ANS e mesmo assim eles negaram”.

A importância de ter um plano de saúde, na opinião da mãe, é garantir o serviço aos filhos, que são pacientes recorrentes e que precisam de tratamentos intensivos, com atendimento até diário, dependendo do caso e do momento. No Sistema Único de Saúde (SUS), Priscila diz que há uma sobrecarga em que, muitas vezes, as demandas não conseguem ser atendidas. Mesmo nos casos em que a família chega ao início da fila “gigantesca”, nas palavras dela, se deparam com atendimentos que não são constantes e nem intensivos. Como muitas famílias não têm entendimento para garantir seus direitos por meio do plano de saúde ou mesmo condições financeiras para pagar este serviço, a

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

consultora acredita que é importante auxiliar mães e pais para garantirem atendimentos aos filhos de alguma forma. Os filhos da consultora fazem terapia com cannabis.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)

### Homem acusado de ter matado 'Gato de Botas' é julgado em Santarém

O crime teria sido motivado por uma dívida de venda de drogas.



Ândria Almeida/ O Liberal

29.06.22 11h19



Forúm de Justiça de Santarém (Andria Almeida)

Na manhã de hoje (29) o réu **Ruan Carlos da Silva**, conhecido como Tico do Uruará, **acusado de matar Pedro Henrique Gama Nunes**, conhecido como 'Gato de Botas', com **oito tiros**, no dia 9 de janeiro de **2021, por uma dívida de venda de drogas, foi a júri popular**. O réu é acusado de homicídio qualificado por motivo fútil. O julgamento está sendo realizado no Tribunal do Júri da 3ª Vara Criminal de [Santarém](#).

Segundo a acusação, **foram ao menos 8 tiros contra a vítima sendo que 6 acertaram fatalmente a vítima**. Ruan teria matado a vítima que estava desarmada, quando caminhava distraída em plena via pública, a luz do dia.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Ainda de acordo com o processo, existe a suspeita que o acusado seja **integrante de uma facção criminosa com atuação nos presídios**. Além disso, existe relato de que o réu já havia **tentado matar a vítima dentro da Central de Triagem de Santarém meses antes do fato**.

Após matar o **'gato de botas'**, Ruan foi embora de Santarém e teve a **prisão preventiva decretada**, sendo **preso no mês de março de 2021**, no município de [Itaituba](#), onde permanece até o presente momento, no **Centro de Recuperação Regional de Itaituba**. Apesar da defesa ter impetrado pelo menos 3 habeas corpus, o caso foi levado o caso até o STJ, sem sucesso.

Caso seja condenado, o réu **pode levar uma pena de 12 a 30 anos de reclusão**. Estão prevista a oitiva de 9 testemunhas. A previsão é que o julgamento encerre por volta das 18h de hoje.

A acusação está sob a responsabilidade da Promotora de Justiça Dra. Patrícia Carvalho Medrado Assamann e a defesa esta a cargo do advogado Dr. Vinicius Martins Lima.

---

CLIPPING DE NOTÍCIAS

**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – [coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br](mailto:coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br)